



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 364 - DE 23 DE SETEMBRO A 5 DE OUTUBRO DE 2008 - R\$ 2,00

Bolívia: Encurralado pela direita, Evo concilia e cede. Só a luta revolucionária das massas mandará para a lata de lixo a disputa entre os bandos burgueses

Crise capitalista, com seus repiques, expressa a desintegração do capitalismo, que os exploradores pretendem descarregar sobre os explorados

Campanha eleitoral: os mentirosos de todos os tipos disputam quem é o mais enganador

As massas devem lutar pelas reivindicações próprias (Salário Mínimo Vital, Escala Móvel de Salários e de Horas de Trabalho, Terra, Educação, Saúde, Moradia para todos) com independência diante dos capitalistas e seus governos, e com seus próprios métodos de luta.

Contra todos os partidos burgueses, contra a enganação daqueles que ajudam os capitalistas a enganar os explorados.

VOTO NULO PROGRAMÁTICO, PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!

70 Anos da IV Internacional

Em 1938, Trotsky e algumas jovens lideranças, nas condições mais adversas, fundam o Partido Mundial da Revolução Socialista e preservam o programa do socialismo científico da liquidação imposta pelo estalinismo



Tendências gerais da crise mundial

Nos últimos dias, aumentam os choques sobre a economia mundial. A quebra do Banco Lehman e a estatização da dívida da AIG levaram a mais brutal sacudida nas bolsas desde o 11 de setembro de 2001. Durante uma semana, a confiança nos empréstimos caiu a zero no mercado mundial. O fantasma da recessão encarnou em perdas de trilhões e quebra do comércio mundial. Os bancos centrais europeus, temendo o pior, disponibilizaram centenas de bilhões de dólares aos bancos norte-americanos. O governo Bush apresentou um plano de 700 bilhões de dólares para comprar os títulos podres dos bancos. A pequena alta que se seguiu nas bolsas logo após a divulgação do plano não compensou as perdas brutais do 15 de setembro. O capitalismo dá mostras de que seu processo de desintegração, que se realiza atualmente através de sucessivas crises internacionais, tende a se acentuar, e resultar numa ofensiva ainda mais brutal contra as massas e os países produtores de matérias-primas

O preço do barril de petróleo tem caído nas últimas semanas, alcançando o limiar dos 100 dólares. Chegou a 147 dólares em julho. As ações das bolsas de valores têm oscilado, com a queda dos preços das *commodities* (puxadas pelo petróleo e seguidas pelos demais minérios, grãos e demais matérias primas), mas com algumas variações para cima, empurradas por ações do governo norte-americano no mercado imobiliário (ajuda de centenas de bilhões de dólares às principais companhias de financiamento imobiliário), por resultados positivos na indústria automobilística e por índices esporádicos de crescimento relativo (1,9% no segundo trimestre do ano). As oscilações dos preços das *commodities*, do desempenho diário das bolsas de valores e dos índices da economia norte-americana não alteram o essencial. As tendências recessivas na Europa e Japão se consolidam. Os preços das matérias-primas, apesar das últimas quedas, permanecem com altas entre 50% e 100% em relação ao ano anterior. As perdas médias das bolsas de valores oscilam entre 15% e 25% no ano (média mundial de queda de 11,55% só nos últimos 3 meses). As bolsas ianques, que representam 42,7% mundial, tiveram queda de 7,4% no trimestre. O desemprego nos EUA mantém as taxas de elevação. As tendências gerais mantêm a perspectiva recessiva internacional.

Os recentes 100 bilhões de dólares que o governo Bush entregou às duas principais financiadoras de imóveis nos EUA (*Fanny Mae* e *Freddy Mac*) tiveram apoio de todas as frações imperialistas. Parece uma fábula de dinheiro, mas é pouco perto dos mais de 5 trilhões in-



Desespero nas bolsas de valores mundiais

vestidos nos financiamentos imobiliários desses dois bancos. Uma quebra bancária de metade do PIB da principal potência teria consequências devastadoras na economia norte-americana e mundial. Por isso, a especulação de que em poucos dias haverá outros 100 bilhões de dólares de ajuda a essas mesmas empresas não surpreendeu.

O índice trimestral de crescimento na economia ianque recentemente divulgado não entusiasmou ninguém. Não está acompanhado de outros índices que indicassem uma tendência geral, ao contrário. O desemprego atingiu 5,7% em julho, duas décimas a mais que o mês anterior. Só neste ano, foram perdidos mais de 460 mil postos de trabalho e 605 mil empregos nos EUA. E o desemprego se concentra na indústria de transformação e na construção civil (além da saúde), reforçando os aspectos de crise recessiva.

As oscilações para baixo e para cima,

variações dentro de uma linha geral recessiva, aumentam as incertezas dos investidores, o que alimenta ainda mais o retrocesso econômico.

A principal consequência das tendências apontadas é o agravamento da opressão social e das tendências bélicas de intervenção imperialista pelo controle das fontes de matérias-primas.

Os preços elevados dos alimentos esmagam ainda mais os mais pobres. Os salários menores são os em que mais pesa a alta dos preços dos itens de sobrevivência. Embora o governo brasileiro festeje a alta dos preços dos alimentos pelos ganhos dos capitalistas do agronegócio no mercado mundial, por toda parte (inclusive no Brasil) a especulação aumenta a pobreza e a fome, numa situação de forte aumento da produção de alimentos. Sobra comida nas prateleiras e falta na mesa dos assalariados. Essa tendência é geral pelo mundo.

Outro flagelo sobre os assalariados é a tendência de redução do emprego. Os índices de destruição de postos de trabalho nos EUA, que se concentram na indústria e na construção, mais que revelar índices de recessão econômicos gerais, apontam para a perda do meio de sobrevivência de milhões de trabalhadores e suas famílias pelo mundo.

A crise capitalista é descarregada sobre as massas, que são obrigadas a reagir sem ter em mãos seu partido mundial, justamente aos 70 anos de fundação da IV Internacional. O que revela justamente sua vigência e acirra a necessidade de sua reconstrução, a partir de seções nacionais fundamentadas no programa do proletariado internacional.

Crise econômica e crise política

Apesar da campanha publicitária do governo Lula, a crise econômica internacional tem afetado o Brasil, e pode afetar ainda muito mais. As bolsas de valores nacionais têm registrado uma desvalorização de mais de 25% neste ano. A Bovespa (São Paulo) caiu dos mais de 74 mil pontos para cerca de 55 mil. O dólar disparou dos R\$ 1,57 para cerca de R\$ 1,92, recuando após intervenção do governo, que vendeu R\$ 500 milhões de dólares num único dia, para R\$ 1,83. O Banco Central tem mantido a tendência de alta dos juros, subindo 0,75% em cada estocada. Os preços dos alimentos recuaram um pouco, mas a níveis muito acima daqueles praticados antes da escalada inflacionária, variando entre 50% e 100% a mais.

Os negócios com os produtos da agroexportação tendem a sofrer com a crise: os preços das mercadorias caíram no mercado mundial. Apesar da valorização do dólar, os exportadores terão de amargar a redução em dólar dos preços de seus produtos.

O endividamento da população triplicou nos últimos dois anos. Nesse ritmo, em pouco tempo a capacidade de pagamento de empréstimos estará esgotada. A dívida pública também teve expressivo crescimento, alcançando 1,3 trilhões de reais. Apesar do expressivo crescimento da arrecadação de impostos. Resultado da elevação dos juros para sustento da política monetária e parasitismo financeiro.

Crise política

A crise política ainda não expressa os choques interburgueses ao redor da crise econômica. Essencialmente, a crise continua expressando a incapacidade de centralização das frações capitalistas e das instituições políticas pelo governo Lula.

O episódio do grampo telefônico do Ministro Gilmar Mendes (STF) expôs a descentralização governamental. A oposição burguesa ameaçou com o impeachment, caso Lula não afastasse a cúpula da Abin. O Ministro Gilmar convocou o governo e o encostou na parede: ou agia contra a espionagem ou ele ia tocar os processos da oposição contra o governo para frente.

Os capitalistas vivem se espionando uns aos outros. Mas a denúncia dessas espionagens não pode ultrapassar os limites das negociações interburguesas. A Abin e a Polícia Federal agiram em conjunto para expor o presidente do STF, que já havia sido denunciado pelo banqueiro Daniel Dantas como seu homem pago, e a oposição burguesa. Os capitalistas exigem o respeito à Constituição, ou seja, o respeito ao seu direito de realizar negociações com dinheiro público às escondidas, com privacidade. A CPI exigiu que ministros e diretores da Abin e PF dissessem que instrumentos têm para realizar escutas. Os policiais negaram o uso de maletas de escuta e insinuaram revelar como de fato tudo é fei-

to, o que daria num escândalo muito maior. Agora se debate uma reforma nas leis que regulam as escutas telefônicas, de forma a garantir a privacidade das gangues capitalistas em suas negociações.

O governo Lula atendeu rapidamente às pressões contra a cúpula da Abin e da PF.

Ao mesmo tempo, o governo se arrastava para tentar fazer valer seu plano de apoio às exportações. O Ministro da Fazenda reclamava das perdas de arrecadação de impostos. Os setores ligados à indústria e comércio reivindicam maior apoio. E o governo se arrasta para colocar em prática seu próprio plano. Não consegue centralizar sequer suas instâncias administrativas.

Tudo isso comprova a incapacidade de Lula em centralizar as frações da burguesia, o Estado capitalista e o próprio governo. Aí reside a fraqueza do governo Lula.

Apesar disso, Lula tem os maiores índices de aprovação. E tem ainda a seu favor um pequeno crescimento econômico (que se mantém apesar da crise) e a descoberta do campo de petróleo do Pré-Sal, que é uma mina de ouro para o governo.

A aprovação é mantida graças aos programas assistenciais, à redução do desemprego, ao controle das direções lulistas sobre os movimentos sociais e as organizações de massas, ao apoio do capital financeiro internacional ao governo que cumpre fielmente seus compromissos com os parasitas internacionais.

A descoberta do campo de petróleo tem funcionado como mecanismo de contenção da queda do valor das ações da Petrobrás nas bolsas de valores. A cada queda, o governo solta mais uma informação sobre o novo campo e empurra a cotação para cima.

Mas o novo campo também abriu outro foco de disputa interburguesa e de crise política. Como fazer para explorar esse novo filão? Criar uma agência reguladora e entregar a exploração às multinacionais? Formar uma parceria público-privada com a Petrobras para realizar a exploração? Impor regras de nacionalização de tecnologia e capitais para exploração do negócio? Determinar áreas sociais para investimento dos recursos obtidos? Tudo isso é polêmico no interior do governo e fora dele.

Disputa eleitoral

O PT realiza campanhas regionalizadas. Não conseguiu reproduzir nacionalmente sua base de apoio. Em cada cidade/estado a disputa se processa de acordo com os interesses oligárquicos regionais. Mas, apesar de sua incapacidade para a centralização das frações burguesas, as pesquisas indicam possibilidades de vitória petista em 31 das 108 grandes cidades do país. Reflexos da popularidade do governo Lula.

A disputa eleitoral também tem revelado o

acirramento dos choques interburgueses. O PSDB é o que mais expõe suas fissuras: em São Paulo, por exemplo, o governador José Serra faz campanha para o candidato do DEM – Kassab – enquanto o ex-governador Geraldo Alckmin cai sucessivamente rumo ao destino de espectador do segundo turno. Pelo país, essa divisão se estende: Minas Gerais, Ceará etc.

A disputa acirrada pelos municípios mostra que servirão de base para o realinhamento interburguês das eleições gerais de 2010. Processos cassando candidaturas, assassinatos e tentativas, prisões etc. revelam o acirramento da disputa.

As esquerdas comparecem totalmente submetidas à disputa burguesa: as candidaturas e alianças são regionalizadas, ora colocando partidos lado a lado, ora opondo-os. O caso da frente PSol/PSTU ilustra bem esse quadro: em Porto Alegre, a disputa entre ambos levou à denúncia de aceitação de dinheiro da Gerdau pelo PSol e cassação do horário do PSTU a pedido daquele. Em São Paulo, o PSTU segue o PSol sem nem mesmo se expor. Nacionalmente, o PSol se coliga com PDT, PSB, partidos burgueses, conforme as conveniências eleitorais.

E a pressão da burguesia contra a abstenção e o voto nulo se mantém. As campanhas da TV e do Rádio são ofensivas para tentar arrastar as massas a apoiarem seus algozes nas eleições.

A falta de um partido revolucionário enraizado, capaz de expressar a independência de classe contra o eleitoralismo, é um elemento de bloqueio para as lutas dos explorados contra os exploradores, num momento tão crítico, dada a crise, de ofensiva capitalista contra as massas.

Campanhas salariais quebradas

As campanhas salariais mais importantes têm sido quebradas, juntamente com as greves que se colocam na situação.

O caso mais grave é o dos metalúrgicos, que tiveram as campanhas salariais fragmentadas e concluídas com acordos que não repõem as altas do custo de vida. Sem a luta e impulso da mobilização metalúrgica, o caminho para a quebra de outras campanhas salariais fica aberto.

As massas têm de se projetar em movimento pelas reivindicações mais sentidas, com independência de classe diante da disputa interburguesa. A defesa das condições de vida e trabalho, da terra aos camponeses pobres, de educação, saúde, moradia e previdência públicas para todos etc. pode colocar os oprimidos em choque contra os exploradores e o governo Lula, e com a força necessária para evitar que a crise econômica seja novamente despejada contra os oprimidos. Para isso, é preciso construir frações revolucionárias nas organizações de massa (destruir as direções burocráticas), e pôr em pé o partido operário revolucionário.

As lições do debate eleitoral em Salvador e as limitações da frente de esquerda

No dia 21 de agosto, realizou-se um debate eleitoral entre os candidatos a prefeito de Salvador, com presença de Hilton Coelho (PSOL), da Frente de Esquerda, Walter Pinheiro (PT), o atual prefeito João Henrique Carneiro (PMDB), Antônio Imbassahy (PSDB) e ACM Neto (DEM).

Todos os candidatos, inclusive o da Frente de Esquerda, têm em comum o fato de se colocarem à disposição da população para administrar a máquina estatal burguesa, na atual crise do capitalismo, defendendo um conjunto de propostas (verdadeiras promessas) para a solução de problemas como saúde, educação, emprego e segurança. Portanto, além de se colocarem como os melhores gestores do Estado de classe, semeiam a ilusão entre as massas de que é possível atender às demandas e solucionar os problemas mais sentidos pela população através do mecanismo das eleições e da democracia burguesa.

O debate se centrou em acusações mútuas entre os candidatos. Repetiam constantemente que o problema não era dinheiro, mas o estilo de gestão pública em voga. O atual prefeito João Henrique (PMDB), candidato à reeleição, acusou Walter Pinheiro (PT) de traição, afirmando que o mesmo não tinha qualquer condição de criticá-lo, tendo em vista que, até às vésperas das eleições, o PT compunha o governo municipal, dirigindo secretarias como as da Saúde e Educação. Já Pinheiro (PT) realçou a farsa das campanhas publicitárias do prefeito, que afirma estar construindo mais de 1.000 casas populares, sem qualquer veracidade.

João (PMDB) disse que recebeu a prefeitura falida pelo prefeito anterior, repleta de dívidas, e que o candidato Imbassahy (PSDB) demitiu mais de 5.000 mil trabalhadores do município, além das denúncias de desvio de verbas da saúde e corrupção generalizada. Por outro lado, Hilton Coelho (PSOL) ficou na denúncia genérica da especulação imobiliária em Salvador e cobrou inge-

nuamente do arauto da moralidade pública, ACM Neto (DEM), que solicitasse do governador da Bahia, Jaques Wagner, a investigação da conduta criminoso da oligarquia da qual fazia parte seu avô falecido, ACM, quando à frente da máquina pública.

De maneira geral, o debate confirmou os traços comuns de todas as candidaturas a prefeito, incluindo da Frente de Esquerda, apoiada pelo PSTU, como também demonstrou a falência da democracia burguesa e a tremenda crise do Estado, em meio à crise econômico-financeira. Não há diferença real entre as candidaturas, a não ser as pinceladas reformistas do candidato do PSOL, que sequer tem denunciado o caráter de classe do Estado, da democracia e das eleições ou combatido a grande propriedade privada dos meios de produção.

A Frente de Esquerda em Salvador, composta pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), lançou o candidato Hilton Coelho (PSOL) como alternativa às demais candidaturas, associadas ao grande empresariado. Ocorre que a constituição da Frente em todo o país tem sido marcada por uma pauta de propostas que se conformam inteiramente à gestão do Estado burguês em crise, configurando-se como uma aceitação tácita do caráter neutro do Estado, na medida em que se supõe possa ser utilizado, através da conquista eleitoral, para atender aos interesses das massas.

Com isto, a Frente de Esquerda se afasta inteiramente de uma autêntica candidatura socialista e revolucionária, que tem como objetivo exatamente o contrário do que a frente faz, ou seja, o marxismo tem mostrado que a democracia formal burguesa é a melhor forma da classe dominante manter o controle político-ideológico e a exploração econômica sobre os trabalhadores. Para o marxismo, as eleições podem ser utilizadas, desde que existam ilusões democrá-

ticas entre as massas, unicamente para realizar a denúncia do caráter de classe do estado, das eleições e da democracia dominantes, para superar as ilusões democráticas das massas e defender as reivindicações e a vida dos trabalhadores. Além disso, toda a conduta dos candidatos revolucionários deve estar subordinada à luta das massas e à ação direta como as greves, ocupações, manifestações.

O PSTU tem constituído as frentes eleitorais com o PSOL sem um programa de classe, sem qualquer traço proletário, alimentando as ilusões das massas e contribuindo para incrementar as pretensões político-eleitorais do PSOL, tal como fazia na época em que defendia a regeneração do Partido dos Trabalhadores. Lembre-se que até pouco tempo (2002) o PSTU apoiou criticamente a candidatura de Lula, mesmo sabendo dos compromissos do PT com a carta aos brasileiros, com os capitalistas e o grande capital internacional. Além disso, tem mantido a frente com o PSOL, mesmo depois deste partido ter recebido 100 mil reais de um grande grupo capitalista.

O Partido Operário Revolucionário está fazendo debates em Salvador sobre o caráter das eleições burguesas e em que sentido devem os revolucionários intervir no campo eleitoral. Pelas suas condições atuais, o POR não tem possibilidade real de lançar candidaturas revolucionárias, tendo em vista as formalidades e controles impostos pela democracia e pelas leis dominantes, que exigem o abandono do programa revolucionário e a adaptação aos ditames da Constituição para a legalização de um partido.

De qualquer forma, o POR tem denunciado a adaptação das correntes que se reivindicam marxistas ao eleitoralismo e ao reformismo e o papel que cumprem na atual dinâmica capitalista. Por isso, estamos organizando os Comitês do Voto Nulo em todo o país, em defesa do programa da revolução proletária e da vida das massas.

Crise na constituição da direção da Conlutas

Em 13 e 14 de setembro, a Coordenação Nacional da Conlutas se reuniu, no Rio de Janeiro, para cumprir a decisão de seu 1º congresso de constituir a Secretaria Executiva com 21 membros. A eleição desse organismo, que parecia ser tranqüila, seguindo a orientação do congresso, acabou abrindo mais uma crise. Dizemos mais uma crise porque a ela antecedeu, por ocasião do 1º congresso, a cisão do MTL com a Conlutas. Agora, o conflito ocorreu essencialmente em torno da proporcionalidade de representação na Secretaria Executiva.

Segundo o Jornal Opinião Socialista, as correntes CST e MTL-DI, que constituem um bloco, não aceitaram a proposta de 6 membros e pleiteavam 8. No artigo “Reunião elege Secretaria Executiva” afirma-se que a proposta de 6 membros veio da maioria da Coordenação. Ao não ser aceita, houve votação, cujo resultado foi: 132 votos a favor e 26 abstenções, elegendo a lista de 21 nomes conforme a proposta da maioria da Coordenação. Conclusão: “A votação obtida pelas duas correntes, proporcionalmente, lhes daria o direito de indicar 3 pessoas para a secretaria, ou seja, metade da proposta de 6 que a maioria da coordenação lhes propunha” (...) “No entanto, essas correntes, infelizmente, decidiram não compor a secretaria, ainda que sigam se comprometendo a construir a Conlutas” (Opinião Socialista, nº354).

Não temos nenhum documento do bloco opositor que permita confrontar os acontecimentos que levaram à crise. Chama-nos a atenção a seguinte explicação do Opinião Socialista: “Como parte de uma política de composição ampla e plural, o PSTU definiu ser minoria dentro da Secretaria, reduzindo voluntariamente o peso que poderia ter em uma votação com proporcionalidade direta (...)”. Parece que estamos num paraíso encantado, onde as lutas políticas se resolvem por meio de renúncias.

A verdade é que a Conlutas é um produto da política do PSTU de divisão da CUT. Decisão essa que arrastou correntes de esquerda e sindicalistas. Na estruturação desse organismo, logo se evidenciou o predomínio do PSTU. Alguém poderia de sua consciência acreditar que o PSTU renuncie posição hegemônica na Conlutas criada por ele? Se fosse real, o processo de formação da direção não levaria à disputa que impossibilitou o bloco de participar na secretaria executiva. As propostas de 6 e 8 nomes não foram produto da tal coordenação, mas das correntes e agrupamentos. O PSTU esconde seu poder de decisão sob a máscara de que era a maioria da coordenação que estava propondo. Quanto ao método, foi o mesmo que esteve na base da ruptura do MTL com a Conlutas.

Onde está a raiz da divergência? Na própria nota “Reunião elege Secretaria Executiva”, temos a resposta. Faz a pergunta do porquê

Greve de fome de presos políticos paraguaios em presídio argentino

No dia 23 de setembro completam 39 dias da greve de fome deflagrada por seis camponeses paraguaios confinados no presídio de Marcos Paz, na República Argentina.

Roque Rodríguez, Aristides Vera, Simeón Bordón, Gustavo Lescano, Basiliano Cardozo e Agustín Acosta, militantes do Partido Pátria Livre e outras organizações camponesas, estão presos desde fevereiro de 2006 a pedido do governo paraguaio e com a cumplicidade dos poderes executivo e judiciário argentinos.

Eles foram acusados pelo governo paraguaio de participar do seqüestro e assassinato de Cecília Cubas. Este crime foi um acerto de contas entre quadrilhas de bandos mafiosos compostos por forças da repressão pública do Paraguai.

À criminalização dos movimentos sociais acrescenta-se o uso diretos mecanismos dos “estados democráticos de direito” para golpe-

não se elegeu a Secretaria no congresso. Responde: “Não elegemos a secretaria no congresso porque queremos que os cargos eleitos sejam revogáveis pela Coordenação Nacional”. O PSTU foi obrigado a se reportar ao 1º congresso porque nele compareceram todas as distorções e deformações que demonstraram a política aparelhista de divisão da CUT. Ocorre que o Congresso não elegeu uma direção, apenas aprovou um critério de constituição da Coordenação, formada por entidades e movimentos, cuja grande maioria está sob o controle do PSTU. Se o Congresso decidisse por eleger a direção, logo ficaria evidente a hegemonia do PSTU, que veio a se manifestar na reunião de constituição da Secretaria. A disputa aparelhista tão somente foi adiada. O próprio bloco que decidiu que sua representação deveria ser 8 expressou relações corporativistas. No momento em que se revelou que não tinha a representação formal na reunião, obtendo apenas 3 cargos pela proporcionalidade, o embate deixou claro que a primeira fase da disputa foi a de negociação. Uma vez que não houve acordo, o PSTU recorreu à votação. A prática de negociar cargos é própria da política de burocracia. O bloco não aceitou o acordo e nem a decisão do voto. Estamos diante de uma posição ultimativista. E por que? Porque a disputa não estava imersa na democracia operária, ausente do processo de formação da Conlutas. Caso o PSTU aceitasse o ultimato, a Coordenação votaria e todos diriam que houve democracia. Divergências como essa têm a ver com a democracia proletária. Mas nenhuma das partes enfrenta essa questão porque considera que a Conlutas vem no sentido de romper com a CUT burocratizada e constituir uma Central de combate e democrática.

O Partido Operário Revolucionário (POR) esteve e está de acordo de que a CUT foi estatizada e que não há traços de democracia no seu interior, mas que a tarefa era e é a de organizar uma fração revolucionária de posse de um programa proletário e de defesa da respectiva democracia. Demonstrou que não se poderia constituir uma nova Central com artifícios. A criação de qualquer organismo das massas é produto da própria atividade das massas. A criação de uma nova Central somente poderia ser colocada por uma poderosa fração do proletariado em contraposição à burocracia cutista. É bem possível que caso esse fenômeno da luta de classe se produzisse, a classe operária antes de pôr em pé seu novo organismo acertaria contas com o velho organismo burocrático. O POR é um adversário político do PSTU no campo do programa. Mas de forma alguma vem travando uma luta sectária contra a formação da Conlutas. Por isso mesmo tem feito as críticas, defendendo posições e participando em todas as atividades da Conlutas.

ar à luta daqueles que se insurgem contra a exploração capitalista.

O Paraguai é um pequeno país que, além do atraso, sofre brutal exploração pelo imperialismo norte-americano e pelos seus vizinhos mais poderosos: Argentina e Brasil. Aos camponeses pobres, se somam milhares de camponeses sem-terra, condenados há mais de um século a sobreviver penosamente ou emigrar para os países vizinhos, principalmente Argentina. Com a crise econômica argentina, milhares de paraguaios voltaram ao país, mas não encontram emprego, agravando o choque social.

Em grande medida, as ilusões desses trabalhadores foram manipuladas para a eleição do bispo Lugo, que, no entanto, já declarou que vai respeitar a propriedade privada.

A solidariedade com os lutadores paraguaios presos em cárcere argentino deve se transformar na defesa de um programa revolucionário para resolver os problemas sociais e nacionais desse país.

Aumenta a ofensiva de Serra

No primeiro semestre deste ano, os professores da rede estadual protagonizaram uma greve de 21 dias, com mobilizações massivas que tomaram as principais avenidas da capital. A suspensão da greve (4 de julho) pela burocracia sindical deixou o governo de mãos livres para atacar ainda mais os professores. Serra sabe que dificilmente encontrará, neste momento, resistência às suas medidas, já que a direção do sindicato se dedica integralmente à conciliação.

Esse processo de conciliação teve um grande avanço entre a assembléia de 22 de agosto e a de 19 de setembro. De um lado, Serra endureceu: manteve as medidas antigas e lançou novas. De outro, a burocracia que dirige o sindicato (correntes Articulação e ArtNova do PT e Corrente Sindical Classista do Pcdob) passou a negociar explicitamente o desemprego de um setor da categoria com o apoio da Oposição Alternativa, sobretudo do PSTU, cuja corrente (MTS) é majoritária nesta frente.

MEDIDAS DESTRUIDORAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

1. Decreto nº 53.037 demitirá milhares de OFA's

O decreto não foi derrubado pela greve e suas ínfimas alterações, obviamente, não modificaram sua essência: demissão de milhares de Ocupantes de Função Atividade (professores temporários), por meio de um exame de seleção regional (no âmbito das diretorias de ensino).

Após a greve, a Secretaria da Educação promoveu reuniões com uma parcela de professores escolhidos nas escolas para fazer propaganda do decreto, isto é, tentar convencer a categoria sobre as vantagens da prova seletiva, alegando que durante a greve o que se levantou sobre o assunto foi puro boato. Entretanto, lançou uma nova informação: somente professores pertencentes à categoria F, ou seja, vinculados à São Paulo Previdência (SPPREV) - novo sistema previdenciário dos servidores públicos -, poderão participar do processo seletivo. Os demais professores, os que pertencem às categorias S, L e I (mais novos na rede) que não estão vinculados ao SPPREV e sim ao INSS, já estão fora do processo seletivo e, portanto, desempregados. É bom lembrar que atualmente temos

cerca de 100 mil OFA's no estado de São Paulo e somente da categoria L são aproximadamente 14 mil. Além disso, o professor, no ato da inscrição, terá de escolher a escola, ou seja, antes de saber das vagas. Se não houver vagas irá para o fim da fila e terá de escolher as escolas que sobraram, caso haja vagas nas mesmas.

A Corrente Proletária rechaçou o decreto, denunciou a política da direção do sindicato de amenizar o efeito da prova e defendeu estabilidade a todos os contratados.

2. Manutenção do arrocho salarial

Durante a greve, Serra ofereceu uma migalha para os professores: reajuste salarial de 5% e incorporação da Gratificação por Trabalho Educacional (GTE), que tem valor fixo de R\$ 48,00 para professores com jornada de 24 horas e de R\$ 60,00 para professores com jornada de 30 horas. Assim, o salário base teve um aumento irrisório de R\$ 85,41 no mínimo (Professor de Educação Básica I, jornada de 24 horas) e de R\$ 150,22 no máximo (Professor de Educação Básica II, jornada de 30 horas). A remuneração total (salário base e gratificações) atingiu R\$ 958,53 (PEB I, jornada de 24 horas) e R\$ 1.657,82 (PEB II, jornada de 30 horas), quando era de R\$ 915,51 e R\$1.554,07, respectivamente. Ou seja, na prática o aumento na remuneração foi de apenas R\$ 43,02 (PEB I, 24 horas) e de R\$ 100,75 (PEB II, 30 horas), demonstrando que o peso das gratificações se mantém.

Segundo cálculos do Dieese, as perdas são históricas. Para repor o poder de compra de 1979 até 2008 é preciso um reajuste de aproximadamente 254,4%. Se isso fosse aplicado o resultado seria: salário de R\$ 2.467,11 (aumento de R\$ 1.767,02) para PEB I, jornada de 24 horas, nível I e R\$ 2.856,02 (aumento de R\$ 2.044,57) para PEB II, com mesma jornada e nível. Com a incorporação das gratificações ao salário, esses valores subiriam para R\$ 3.226,25 (PEB I) e R\$ 4.032,83 (PEB II).

Mas a burocracia encomendou ao Dieese outro estudo para amenizar a volumosa perda: usou o período de fevereiro de 1998 até fevereiro de 2008. A inflação acumulada pelo ICV-Dieese neste período foi de 93,71% enquanto o salário base foi reajustado em 43,46% e a remuneração em 76,07%. Ou seja, tivemos quatro reajustes

salariais no período: 1) em maio de 2002, de 5%; 2) em agosto de 2004, de 13,38%; 3) em setembro de 2005, de 15% e 4) em janeiro de 2008 (incorporação da PV), de 4,8%. Desta forma, sem considerar o último reajuste (de 5%), deveríamos ter um reajuste de 35,02% (sem gratificações) ou 10,02% (com incorporação das gratificações). Resultado: salário de R\$ 910,26 (aumento de R\$ 210,17) para PEB I e de R\$ 1.053,74 (aumento de R\$ 243,30) para PEB II.

A Corrente Proletária defendeu o piso salarial (salário mínimo vital) de R\$2.750,00, combateu a miséria salarial imposta pelo governo, denunciou a proposta de reajuste da burocracia e mostrou o quanto o governo destrói a educação por meio do rebaixamento do valor da força de trabalho.

3. Bonificação por Resultados (BR)

Serra manterá o arrocho salarial. Lançou o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 41, que estabelece o recebimento de um bônus para os profissionais do magistério que alcançarem as metas, os resultados previstos. O governo diz que quer "maior qualidade na prestação de serviços públicos" e que isso exige *mecanismos e estratégias que buscam conciliar o cumprimento de metas, a excelência na prestação do serviço e, por consequência, a valorização do servidor público, mediante incremento de sua remuneração*. Ou seja, trata-se da fórmula "medir e premiar por resultados" (*Mensagem nº 133/08, do Governador do Estado*).

A falácia da valorização do servidor público fica evidente com a premiação, que o próprio documento do governo faz questão de frisar que é uma "prestação pecuniária eventual, desvinculada dos vencimentos e salários". Mas, mesmo essa migalha é só para alguns, só para os que estarão em escolas que atingirem as metas determinadas pela Secretaria da Educação. Os aposentados e os que trabalham em escolas que não conseguirem atingir os resultados não receberão nada.

A BR será paga em duas parcelas. Seu valor será determinado, primeiro, considerando os recursos disponíveis. Havendo recursos, será calculado sobre até 20% do total dos salários recebidos em um ano, multiplicado pelo índice de cumprimento de metas da escola e o índice de dias de efetivo exercício. Os professores de escolas

que superarem as metas poderão receber um prêmio extra: 20% do valor da BR a que fariam jus.

A retribuição mensal não incluirá 1/3 de férias, 13º salário, salário-família, salário-esposa, adicional noturno, auxílio transporte etc., enfim, trata-se só do salário base.

As metas de cada escola serão calculadas com base no desempenho dos alunos nos exames do SARESP/2007 e nas taxas de aprovação, que constituem o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo). Elas deverão “evoluir positivamente”. A partir do ano que vem, nas provas do SARESP será cobrado o conteúdo das cartilhas que estão sendo impostas aos professores e alunos. Ou seja, o governo vai medir os resultados da aplicação de seu conteúdo curricular.

O Índice de dias de efetivo exercício considera os dias trabalhados e os dias que o servidor deveria trabalhar durante o período avaliado. Serão descontadas todas as ausências, com exceção de férias, licença à gestante, licença-paternidade e licença por adoção. Ou seja, os transferidos ou afastados receberão a BR “proporcionalmente aos dias de efetivo exercício”. Porém, qualquer servidor (afastado ou não) deverá trabalhar pelo menos 2/3 do período avaliado.

A Corrente Proletária combateu a política de bonificação do governo, que rotula os professores de “incapazes”, “faltosos”, “sem compromisso” e “sem perfil de trabalhador do ensino” e defendeu a reposição imediata das perdas salariais.

4. Avaliação de Desempenho

A Secretaria da Educação lançou Resolução nº 66, em 02/09/2008, que estabelece as normas complementares do Decreto nº 52.344 que, por sua vez, “disciplina” o Estágio Probatório, isto é, a Avaliação Especial de Desempenho dos professores que se efetivaram a partir de 09/11/2007.

O professor em Estágio Probatório será submetido a três etapas de avaliações: da data do ingresso até 01/10/08; do dia 02/10/2008 até 01/08/2009 e do dia 02/08/2009 até 01/06/2010.

Ao final de cada etapa o professor receberá uma pontuação que, será de, no máximo, 70 pontos, totalizando 210 pontos nas 3 etapas. A pontuação de cada etapa será fruto da soma dos pontos atribuídos a sete indicadores: Assiduidade, Disciplina, Ca-

pacidade de Iniciativa, Responsabilidade, Comprometimento com a Administração Pública, Eficiência e Produtividade. Para assiduidade o professor pode receber de 0 a 10 pontos; 10 pontos para quem não tem faltas, 9 para quem tem uma e assim sucessivamente. Para os demais itens pode receber entre 9 e 10 pontos se atingir “acima do esperado”; de 7 a 8 pontos, se atingir o “esperado”; entre 4, 5 e 6 pontos se atingir “parcialmente o esperado” e 0, 1, 2 e 3 pontos se estiver “abaixo do esperado”.

O importante é que de acordo com a Resolução: *Será considerado inapto e, conseqüentemente exonerado, o servidor que no somatório dos pontos obtidos nas 3 (três) etapas de Avaliação Especial de Desempenho, obtiver pontuação inferior a cinqüenta por cento do total da pontuação máxima permitida, ou seja, abaixo de 105 pontos* (Pará. único do Artigo 11).

As avaliações serão realizadas pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho e pela Comissão Central de Avaliação Especial de Desempenho. A primeira será formada em cada escola para avaliar os professores e seus 3 membros serão indicados pelo Diretor. A segunda será formada na Diretoria de Ensino para avaliar os professores coordenadores e os processos dos professores advindos das escolas e seus 3 membros serão escolhidos pelo Dirigente. As duas comissões serão presididas pelo superior imediato do servidor avaliado (diretor de escola ou dirigente de ensino).

A Corrente Proletária denunciou que essa medida é a materialização do fim da estabilidade do professor. O professor faz o concurso, passa na prova e poderá ser exonerado.

PODRIDÃO DA BUROCRACIA DA APEOESP

1. Aceitação da Avaliação de Desempenho

Desde que Serra lançou o Decreto nº 52.344 a diretoria da APEOESP não fez outra coisa senão entrar com ação na justiça. A burocracia recorre à justiça burguesa porque não pode revelar a verdade aos professores: a atual fase do capitalismo é de decadência e, portanto, de ataque aos trabalhadores, de retirada de direitos. Na educação não é diferente, daí os concursos públicos perderem sua função de garantia de estabilidade e de criação de vagas e servirem como mecanismos de demissão.

Além disso, Serra não faz senão seguir as determinações do PDE de Lula, o qual prevê avaliação de desempenho para todos os professores, não apenas os que se encontram em estágio probatório.

2. Aceitação do Arrocho Salarial

A diretoria da APEOESP diz que defende o piso do Dieese (de R\$ 2.178,30 para agosto), mas nunca levanta essa bandeira para ser aplicada imediatamente, sempre apresenta uma proposta de reajuste mínimo “rumo ao piso do Dieese”. Agora, faz campanha pela lei do Piso Salarial Nacional, criada por Lula, de R\$ 950,00. Como a lei do piso determina que 1/3 (33%) da jornada de trabalho seja destinada às atividades pedagógicas (a maior parte na escola), a burocracia sindical alimenta a farsa de que se trata da “redução de jornada”, como se o professor pudesse cumprir este 1/3 fora da escola. Com isso, arrastou o PSTU que passou a ver a lei do piso como “avanço”. Ou seja, alega que não concorda com o valor do piso porque defende o piso do Dieese, mas a “redução” da jornada deve ser exigida.

A Corrente Proletária da Educação defende o SALÁRIO MÍNIMO VITAL, piso necessário para manter uma família e a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO – redução da jornada através da divisão das aulas entre os professores, sem redução de salário, para que não haja nenhum professor desempregado.

3. Aceitação da Bonificação por Resultados (BR)

A burocracia petista e do PCdoB não concordar com a Bonificação por Resultados de Serra. Na assembléia de 22 de agosto, a diretoria colocou em votação a reprovação a esta medida. Ocorre que a burocracia atua também em outro campo: o parlamento burguês. Lá tem seus “representantes”, ex-dirigentes da APEOESP, que defendem a mesma política que ela em forma de lei.

Roberto Felício, ex-presidente do sindicato, por exemplo, apresentou 2 de um total de 3 substitutivos ao PLC 41 e 10 emendas de um total de 15. Os dois substitutivos (idênticos, só que com mais assinaturas) procuravam seguir a tática do “esvaziamento” do PLC ao trazer tabelas com valores determinados de salários aos profissionais do magistério, valores pouco superiores ao salário atual (incluindo

gratificações e um pequeno percentual de aumento). Suas emendas, entretanto, vão além: aceitam o PLC e tentam “minimizar os danos”. As emendas nºs 2 e 12 procuram incluir os aposentados na lista de professores que poderão receber a BR; as de nºs 6 e 8 também. As emendas nºs 5 e 9 estabelecem o valor da BR a ser paga aos aposentados: “30% do somatório da retribuição mensal do servidor relativo ao período de avaliação”. As emendas nºs 3 e 11 buscam garantir a participação do sindicato na comissão que estabelecerá os critérios do índice de cumprimento de metas, ou seja, ao invés de comissão “intersecretarial” prevista no decreto propõe comissão “bipartite”. As emendas nºs 4 e 10 também tentam garantir a participação dos sindicatos de professores, funcionários, supervisores e diretores na comissão que definirá os “indicadores globais e seus critérios de apuração e avaliação”.

Aí está a farsa. Na assembléia de professores, a direção do sindicato reprova a medida do governo. No parlamento, usa seu deputado para emendar a proposta do governo.

4. Aceitação do Decreto de Demissão de OFA's

A burocracia da APEOESP suspen- deu a greve apostando nas “negociações” com o governo mediadas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Para o êxito da conciliação dependerá do desmonte do movimento. É o que vem fazendo. Na assembléia de 19 de setembro, não convocou ninguém para usar o argumento da falta de quórum e fazer valer as suas negociações com o governo e o TRT.

No Conselho Estadual de Representantes (CER) de 19 de setembro, a burocracia foi clara quanto à “necessidade de minimizar os danos das medidas do governo”, participando da comissão que discutirá o decreto. Disse que o contexto é de refluxo do movimento, os professores não estão nas ruas, portanto, na co-relação de forças perdemos para o governo, sendo assim, só resta tentar propor medidas que “esva-

ziem o decreto” e não mais lutar para que seja derrubado. Não parou aí, disse que tudo o que foi conseguido durante e após a greve foram conquistas importantes: 1) ampliação do prazo de reposição de aulas para o final de novembro; 2) possibilidade de reposição de aulas para professores readaptados, coordenadores, vice-diretores e diretores; 3) a prova regional prevista no decreto é classificatória; 4) a nota da prova não teria tanto peso quanto o tempo de serviço; 5) a prova regional poderá ser realizada pelos efetivos para a contagem de pontos (evolução na carreira pela via não-acadêmica); 6) os OFA's não serão demitidos em dezembro, os que passarem na prova terão seu vínculo mantido e 7) possibilidade de realização de concurso (para efetivação) para 70 mil cargos, com jornada de 10 horas.

Quanta falsificação! O fato é que boa parcela de OFA's será demitida. Contando o tempo de serviço, diminuindo o peso da nota da prova, servindo para a evolução funcional e outras artimanhas, o concreto é que não haverá aulas para todos.

PSTU e correntes da Oposição alternativa

A Oposição Alternativa, particularmente o PSTU, concordou com a avaliação da burocracia de que, diante do contexto de refluxo do movimento, é preciso “minimizar os danos”. Portanto, concorda participar da comissão que negociará os critérios do decreto. Sua tática é jogar o decreto de demissão dos Ofas para depois e, primeiro, garantir a realização do concurso. O problema é que o governo não abre mão do decreto, que servirá para demitir os Ofas na próxima atribuição de aulas. E o concurso servia de isca para atrair a burocracia do sindicato. Ainda mais. Caso venha existir o concurso, será também mais um instrumento de seleção e demissão, porque não há vagas para todos os contratados temporários.

Desta forma, a política do PSTU e das correntes políticas e partidos que compõem a Oposição Alternativa, como o

PSOL etc., só tem contribuído para reforçar as posições traidoras da burocracia da Apeoesp.

CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

Denunciou as ações do governo e a traição da burocracia sindical. Reforçou sua defesa incondicional do emprego e do salário dos professores, contra qualquer negociata, conforme os pontos abaixo:

✓ Manter a bandeira de derrubada do decreto. Qualquer proposta de concurso público só é aceitável se garantir a estabilidade de todos os OFA's, sendo classificatório, e estabelecendo a jornada, sem redução de salário, por meio da divisão das aulas entre os professores (Escala Móvel das Horas de Trabalho).

✓ Rechaçar a BR, que culpa os professores pelo fracasso do ensino e divide-os. Não podemos abrir mão de um salário que atenda nossas necessidades e que sirva para o cálculo dos proventos. Trata-se do SALÁRIO MÍNIMO VITAL calculado e aprovado por uma assembléia de base e que, em nossa avaliação, deve ser de, no mínimo, R\$ 2.750,00.

✓ Rejeitar qualquer forma de avaliação de desempenho.

✓ Denunciar que: 1) a lei do piso é uma miserável concessão do governo à burocracia sindical e estudantil e não garante as condições de sobrevivência de nenhum professor do país e 2) o governo Lula negocia com os governadores, mudanças na Lei. Exigimos: 1) convocação imediata de assembléias em todos os sindicatos do país e 2) uma plenária nacional de base (com delegados eleitos nas escolas).

✓ Rechaçar a política de pressão parlamentar. Somente a ação direta (greves, bloqueios, grandes manifestações de rua), método próprio dos trabalhadores, poderá derrubar as medidas do governo.

Somente o movimento massivo e a ação direta dos professores permitirão arrancar as reivindicações, combater a burocracia do sindicato e pôr fim às negociações no TRT e no Parlamento.

70 anos da IV Internacional

Adquira com o distribuidor deste jornal os textos de Leon Trotsky sobre a fundação da IV Internacional



Nova Lei de Serra ataca pesquisa e universidade pública e favorece privatização

A Lei complementar n. 1049, de 19 de junho de 2008, é mais um passo da ofensiva privatista do governo Serra sobre o ensino superior público. Logo no início de seu mandato, Serra constituiu um brutal ataque à já ultra-limitada autonomia universitária através de seus decretos, que enfrentaram a resistência estudantil, com a ocupação da reitoria da USP e a greve de estudantes, professores e funcionários que se seguiu. A paralisação de aspectos fundamentais da sua aplicação pela luta não derrotou o governo, que agora procura trilhar o mesmo caminho, mas, desta vez, em etapas, sem colocar sua ofensiva de conjunto.

A lei 1049 tem como foco a pesquisa científica e tecnológica. Seu objetivo é estabelecer os meios legais de uma ampla interação entre os recursos públicos (materiais e humanos) e as empresas, ao redor da pesquisa. Hoje, essa interação é feita ora por meio das fundações, ora de forma velada, ilícita. As fundações são criaturas da burocracia universitária, que as constitui a fim de terem em suas mãos instrumentos livres de qualquer controle para utilizar os recursos públicos em benefício de parcerias, prestação de serviços e consultorias, obterem recursos com essa relação com as empresas, tudo em benefício do capital e dessa mesma burocracia, às custas da universidade pública.

A NOVA LEI PROCURA ESTABELE-CER LEGALMENTE UMA RELAÇÃO MAIS DIRETA ENTRE AS EMPRESAS E OS PESQUISADORES E A UNIVERSIDADE. Não se trata de uma criação do governo Serra, pois se apóia amplamente na lei de inovação tecnológica do governo Lula.

Ao invés dos burocratas terem de constituir uma fundação para realizarem seus negócios, o governo institucionaliza relações diretas entre público e privado. E não se trata apenas de uma formalização das relações existentes nas fundações. Já se diferencia por facilitar a parceria em pesquisas das universidades públicas com o capital estrangeiro.

A nova lei permite aos pesquisadores buscarem diretamente as empresas para fazerem as parcerias público-privadas, através de projetos que permitem

o amplo uso dos recursos públicos em benefício privado, a liberação paga de professores para dedicação plena a esses projetos, o financiamento público deles, a arrecadação de recursos para contratar funcionários e realizar despesas sem controle público, e até o afastamento temporário de professores para constituição de empresa própria a fim de inserir no mercado o resultado de suas pesquisas. Cria estímulos aos pesquisadores que buscarem as parcerias, pois terão direito a comissões sobre a comercialização de produtos que contenham tecnologia desenvolvida por eles. Estudantes que participam de pesquisas também terão direito a uma parte desses recursos, sob a tutela dos professores.

Dessa forma, os pesquisadores não precisam mais recorrer ou depender das fundações para venderem seus serviços. Nas unidades em que as fundações já são fortes, isso pode não significar grandes mudanças, mas muito mais a formalização de relações existentes. Mas permitirá que pesquisadores de unidades que se opuseram à criação das fundações possam colocar em prática as parcerias público-privadas individualmente, ou a partir de grupos minoritários.

A nova lei ataca a já ultralimitada autonomia da universidade. Ao colocar as relações com as empresas privadas sob a tutela do Estado, reduz o poder das burocracias nas fundações, que são caixas pretas sob total controle burocrático e à margem de qualquer ingerência estatal.

O governo também cria organizações próprias (Núcleos de Inovação Tecnológica, por exemplo) para controlar diretamente essas relações, que também decidirão sobre o investimento de recursos públicos nos negócios, que poderão acontecer por meio de financiamento, compra de ações, arrendamento de estrutura universitária, aquisição de novos equipamentos e transferência de tecnologia. Os recursos arrecadados pelas instituições públicas por meio das parcerias privadas poderão aplicá-las sem controle de outras instâncias da administração públicas. Em contrapartida, deve ser feito relatório ao CONCITE (Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia) e à

Comissão de Cultura, Ciência e Tecnologia da Assembléia Legislativa. Mas de antemão já existe a brecha de que parte das informações deve ser protegida de divulgação.

Pesquisadores independentes (empregados de empresa privada), poderão utilizar os recursos públicos para desenvolver seus projetos, mediante aprovação do Núcleo de Inovação Tecnológica e de uma parceria que permita o compartilhamento dos lucros decorrentes dessa parceria entre o pesquisador e a instituição pública.

As instituições públicas ficam liberadas para contratar empresas ou consórcios de empresas para desenvolver tecnologia. O IPT e o IPEN podem criar subsidiárias para se associarem majoritariamente ou minoritariamente a outras empresas com o fim de desenvolver pesquisa.

Tudo isso mostra uma ampla ofensiva privatista sobre a pesquisa científica e tecnológica. O amplo favorecimento de pesquisa vinculada a interesses privados é um duro golpe na pesquisa pública. A tendência é a imbecilização ainda maior da pesquisa universitária, realocação de recursos em benefício particular e aceleração da destruição da pesquisa desvinculada diretamente de interesse empresarial. Sem falar da debandada de professores das salas de aula para os laboratórios e escritórios das empresas, agora com aval da universidade e do governo.

Os estudantes ainda sofrerão com a perda de espaço nos já escassos laboratórios, queda ainda maior no nível de ensino (pela debandada de professores) e seus projetos de iniciação científica serão tutelados pelo interesse privado.

Os funcionários e professores sofrerão com o enfraquecimento de suas campanhas salariais, pela divisão dos que vão se beneficiar diretamente com as parcerias.

O movimento estudantil e de professores e funcionários tem de reagir a mais esse brutal ataque do governo Serra à universidade pública. A luta se projeta diretamente contra o governo, e necessita se projetar às ruas, ganhar apoio da população e chamar a unidade com os movimentos sociais, principalmente o do proletariado.

A educação proletária

As teses da Corrente Proletária da Educação há alguns anos já são conhecidas pela vanguarda do movimento dos professores. Os militantes do partido atuam nos Congressos, nas reuniões, nas assembléias sempre divulgando nossas políticas, que se conformam como um conjunto de idéias e de práticas em consonância com a tradição marxista. As concepções de ensino vinculado à produção social, de escola única sob o controle dos trabalhadores, de estatização sem indenização de toda rede privada, entre outras, aparecem em nossos panfletos, folhetos e materiais de propaganda e agitação.

Com a greve de 2008, nos professores estaduais, nossa política mostrou seu acerto ao indicar as causas mais profundas da crise da educação e da exploração do trabalho docente. Os contatos e simpatizantes da Corrente verificam a necessidade do estudo e da prática militante para solidificar essas idéias no seio dos professores. Com isso, surgiu a idéia de desenvolver mais um curso de formação do partido na região leste da cidade, para debater as raízes da Educação Proletária: raízes históricas, que passam das formulações de Marx e Engels às experiências do governo soviético, depois da Revolução Russa de 1917.

Começamos o curso no dia 31 de agosto e devemos realizá-lo todo fim de mês. O primeiro texto debatido foi “Da Escola de Classe” de A. Lunatcharsky, presidente da então Comissão do Povo para Instrução Pública, saída da Revolução de 1917. A seguir, um pequeno resumo do texto estudado.

Da Escola de Classe

1. Sobre o Estado Burguês

Nessa parte, o autor retoma a teoria clássica do marxismo que afirma que tudo o que o Estado faz tem um caráter de classe. O Estado não é neutro, suas ações são dirigidas a fortalecer a dominação de uma classe sobre a outra.

Entre as armas que o Estado conta para subordinar toda sociedade a uma classe minoritária estão a força militar-policial, a religião e a educação. A primeira age pela força bruta, pela coação física. Age sempre em momentos de tumultos, revoltas e rebeliões das classes dominadas contra a classe dominante. Não há Estado que passe sem esse destacamento armado contra a população e não há Estado que não recrute com regularidade parte da juventude para se enfileirar nesse destacamento armado. A segunda age por um entorpecimento das consciências: a religião faz com que os explorados acreditem que todo sofrimento terrestre será recompensado com garantias de felicidade eterna no “paraíso”. A religião

serve para domesticar, apaziguar os instintos de classe e de revolta dos oprimidos.

A terceira atua de duas formas. Primeiro, sendo administrada em doses homeopáticas: não se oferece uma educação e uma cultura que possibilitem elevar o povo acima da ignorância em que é jogado por toda a existência. Segundo, atuando como forma de domesticar o cérebro e o comportamento das crianças e jovens para que sejam recrutadas de forma disciplinada para a grande indústria e, no caso de uma parcela dessas crianças e jovens, para os postos de comando, como oficiais e suboficiais, isto é, como capatazes do grande capital que supervisionam o trabalho do restante da massa assalariada.

Além desses meios tradicionais, o Estado moderno conta com a imprensa como forma de inocular todos os preconceitos contra o socialismo e contra a luta de classes e com o recrutamento, no seio da própria classe operária, de dirigentes que se corrompem e se aliam à burguesia.

2. Sobre a Educação no Capitalismo

Depois de mostrar que a Educação é um dos tentáculos do Estado moderno, Lunatcharski centra-se na questão da educação no capitalismo. Mostra que prevalecia no começo do século uma mentalidade de não oferecer ensino público a todos. Que mesmo para o desenvolvimento do capitalismo, a instrução pública era ultra reduzida. A plenitude do saber não era objetivo de nenhum governo burguês, pois o povo precisa só ser adestrado e não elevado culturalmente. Relata que esse problema não é só dos países atrasados, mas também dos grandes países capitalistas, pois o ensino, mesmo nestes, é repetitivo, verbalista e desvinculado da vida produtiva.

A educação no capitalismo nunca será levada a sério, pois os seus limites estão vinculados aos estreitos limites da burguesia, que não quer que a ciência alcance toda as massas oprimidas. O máximo a que pode chegar a educação no capitalismo é a um conhecimento técnico e fragmentado da vida social, nunca a um conhecimento científico, pois este poderia ser ruim aos interesses burgueses, tendo em vista que um conhecimento verdadeiramente científico demonstra que o sistema produtivo capitalista é completamente irracional e anárquico e precisa ser destruído.

3. Sobre o ensino nas escolas burguesas

Fora a limitação de “origem” que tem

toda educação no capitalismo, ela é ainda marcada por terríveis contradições, como a necessidade de desenvolver certo conhecimento técnico e científico das relações sociais (de forma restrita) e a necessidade de manter “domesticadas” as massas proletárias.

Lunatcharsky aponta para esse problema da pedagogia burguesa: como conciliar a adiestração, através seja da religião ou de uma moral burguesa, com o ensino minimamente científico? Ele afirma que essa contradição é insolúvel e o ensino nas escolas burguesas padece desse conflito.

Por causa dessa e de outras contradições, a escola burguesa precisa manter um currículo artificial, desvinculado do conhecimento contemporâneo, mas que serve como forma de adestramento do corpo e mente das crianças.

A intelectualidade que diz defender o ensino e a cultura humanas, na maioria das vezes, se alia à burguesia para manter o povo submetido à ordem capitalista. Poucos são os intelectuais e pedagogos sinceros que se aliam à causa do proletariado.

4. A necessidade do ensino científico

Mas as contradições da escola burguesa só refletem as contradições da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que desenvolveu, sem precedentes na história, toda a ciência e tecnologia, mantém na ignorância a maior parte do planeta. Uma parcela dos intelectuais e aqueles que ascendem aos níveis mais altos de escolaridade, percebem as contradições nas quais são fundados o modo de produção capitalista.

O engenheiro honesto percebe que o sistema capitalista é irracional e desperdiça mais do que cria. O médico, comprometido com sua ciência, sabe que melhor do que cuidar das inúmeras doenças que o modo de vida atual causa seria prevenir tais doenças, fazendo com que as pessoas trabalhassem menos e de forma não-mutiladora.

Por toda parte, surgem intelectuais e trabalhadores que compreendem que uma ciência voltada para o desenvolvimento humano e da natureza é incompatível com o capitalismo e se aliam à luta do proletariado pelo socialismo, pela destruição do modo de produção capitalista.

A sociedade contemporânea requer um ensino científico, mas o capitalismo barra essa tendência da sociedade.

Londrina-PR

PSOL usa luta pelo passe livre e estatização para fazer demagogia

Desde 2003, a juventude londrinense tem protagonizado lutas importantes pela redução da tarifa do transporte coletivo. A Corrente Proletária na Educação está desde o início impulsionando o movimento. Um avanço fundamental se deu na formulação e enraizamento das bandeiras que, a partir de 2005, com a criação do Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo, venceu a resistência das outras correntes e conseguiu propagar a defesa da estatização sob o controle dos trabalhadores e usuários.

O PSol e PSTU não se opunham frontalmente a esta bandeira, mas tentavam suprimi-la com o pretexto de falta de acúmulo, ou de ser muito complexa. Mas, democraticamente, a bandeira foi votada e assumida pelo comitê, sendo perfeitamente compreendida pela população. É nítido que os donos das empresas são uns parasitas que vivem às custas do trabalho dos motoristas e cobradores e do saque ao bolso dos usuários.

O Comitê sempre enfrentou o boicote passivo do PSol, que formalmente faz parte do movimento, mas não move uma palha pela sua construção, recorrendo a difamações e bloqueio às ações. Surpreendentemente, na campanha para prefeito e vereadores deste partido reformista, alguns programas reproduzem exatamente o texto dos boletins do movimento, defendendo passe livre para estudantes e desempregados e a estatização. Mas, obviamente, as bandeiras são deformadas, para adequá-las às possibilidades do capitalismo. Wilson Machado, o candidato a prefeito, afirma que a estatização é possível juridicamente, basta acertar quanto será pago aos capitalistas do transporte. Responde ao questionamento do movimento que:

“Nós do PSOL estamos colocando em nossas discussões essas bandeiras, por entendermos que elas são legítimas reivindicações consolidadas da classe (sic) estudantil. Se eleito formos vamos implantá-las e isso não significa cooptação de qualquer movimento.”

Ou seja, além de deformar a bandeira, o PSol contraria o método do movimento, que é divulgado em seus boletins: “O Comitê funciona democraticamente, é aberto a todos que queiram se somar a esta luta e tudo é decidido coletivamente nas reuniões. É preciso confiar em nossas próprias forças, estas conquistas serão fruto da organização dos próprios estudantes e trabalhadores e não de nenhum juiz, prefeito ou vereador.”

Outro elemento que revela a demagogia desta ação é que esta não é uma bandeira do PSol, só foi incorporada à campanha porque o movimento, apesar de todas as dificuldades e boicotes, tem influência na política da cidade, é reconhecido nos bairros e nas escolas. Basta comparar a campanha de Wilson Machado com a de Ivan Valente da coligação PSol e PSTU que, em São Paulo, nem cogita atacar os interesses dos capitalistas do transporte, apenas defende maior controle público e a criação de uma empresa pública de transporte que detenha 10% da frota estatal. Não se fala em passe livre para desempregados, muito menos de estatização e controle dos trabalhadores e usuários.

Que os estudantes e trabalhadores não caiam nesta farsa e rejeitem esta deformação de nossas bandeiras de luta. Devemos continuar apostando na organização independente, confiando em nossas próprias forças e no método da ação direta.

Campanha dos Metalúrgicos – Paraná

Os metalúrgicos do Paraná iniciaram no dia primeiro de setembro uma greve nas três grandes montadoras do estado instaladas na região metropolitana de Curitiba, (Renault/Nissan, Volkswagen/Audi e Volvo). O Sinfavea (sindicato patronal) propôs um aumento de 0,5% acima da inflação a serem aplicados em dezembro, sem abono. Os operários de todas as montadoras rejeitaram esta proposta.

O sindicato dos metalúrgicos da grande Curitiba, dirigido pela Força Sindical, fracionou a luta dos operários, ao conduzir negociações separadas por montadora. Após esta divisão, na campanha salarial a Volvo sinalizou com a proposta de 10% de reajuste, o que fez com que os operários encerrassem a greve e esperassem trabalhando a formalização da proposta da empresa, a

qual foi aprovada em assembléia no dia 04/09 pelos operários da montadora. Enquanto isso, os operários da Renault e Volkswagen continuavam em greve. A Renault foi a segunda a apresentar uma proposta de reajuste seguindo a proposta da Volvo e esta foi aprovada pelos operários após quatro dias de greve. Os operários da Volkswagen permaneceram em greve e a empresa ofereceu a mesma proposta fechada pelos metalúrgicos do

ABC Paulista: 11% de reajuste salarial a serem aplicados em setembro, composto de 3,6% de aumento real, 7,15% referente à inflação acumulada nos últimos doze meses e um abono de R\$ 1.450,00 a ser pago no dia 22/09. Esta foi rejeitada pelos operários da montadora, os operários da Volkswagen somente encerraram a greve quando a montadora apresentou a proposta de 11% e abono de R\$ 2.000,00.

METALURGICOS		
Volvo:	Renault/Nissan:	Volkswagen/Audi:
10% de reajuste salarial para setembro (7,15% do INPC + 2,66 de aumento);	10% de reajuste salarial para setembro (7,15% do INPC + 2,66% de aumento);	11% de reajuste salarial em novembro (7,15% do INPC + 3,6% de aumento);
Abono de R\$ 1,5 mil pago no dia 12/09;	Abono de R\$ 1,5 mil pago no dia 08/09;	Abono de R\$ 2 mil de abono pago no dia 15/09
A greve de 1 dia será abonada;	Os 4 dias de greve não serão descontados do salário, mas sim, do banco de horas dos trabalhadores;	Os 6 dias de greve serão descontados do adicional de horas extras dos trabalhadores;
Proposta aprovada em assembléia no dia 04/09	Proposta aprovada em assembléia no dia 05/09	Proposta aprovada em assembléia no dia 09/09

Nesta edição:

Bolívia:

- Lula pressionou Evo a ceder
- Qual o conteúdo da Declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI)?
- A conspiração direitista
- Só a luta revolucionária das massas mandará para a lata do lixo a luta inter-burguesa
- Basta esperar que o governo medroso tire do caminho os cívicos fascistas!

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia: Intervencionismo externo

Lula pressionou Evo a ceder

Diante do agravamento da crise na Bolívia, a burguesia sul-americana interveio. Para isso, armou-se a reunião da União Sul-Americana (Unasul). O objetivo foi o de utilizar a chamada mediação para obrigar Evo Morales a fazer concessões aos governadores da Meia Lua. O imperialismo e seus lacaios da Unasul deram um ultimato no sentido de disciplinar o caos político e social.

Lula coordenou a reunião e conduziu a Unasul a rejeitar toda e qualquer qualificação do movimento da oposição direitista de “golpe de Estado civil”. Aceitou a exigência de Evo de criar uma comissão para investigar os “incidentes” (massacre de 30 camponeses) em Pando. Usou da velha demagogia ao se dirigir a Evo: “Você tem de nos dizer, porque ninguém aqui vai interferir na crise interna da Bolívia”. Em seguida, foi categórico: “Cabe ao Estado constituído induzir ao diálogo”.

Os atos de sabotagem à economia e a violência reacionária desfechada por bandos acuraram o governo do MAS. Dessa forma, a atuação da Unasul foi uma vitória da reação. Evo participou acatando determinadas condições impostas pelos governos que compõem a Unasul, entre eles estava presente com exigências o presidente da Colômbia, porta-voz dos Estados Unidos.

O jornal espanhol *El País* intitulou sua matéria *Lula toma as rédeas da crise boliviana*. Relata que “Lula pôs algumas condições para viajar a Santiago e as conseguiu”. Eis o relato: “Pedi uma trégua prévia entre Morales e a Oposição, o que ocorreu. Exigiu aceitação expressa de La Paz

para que ele intercedesse na crise, e a obteve. Além disso, os rivais de Morales celebraram a mediação brasileira, apesar de Lula os ter reprovado por utilizarem a violência para desafiar o governo. Brasília também pretende que a cúpula conclua com uma clara mensagem contra toda ingerência externa na Bolívia e que não haja comentários acima do tom contra os Estados Unidos” (16/8/2008)

Evo foi arrastado a Unasul por pressão interna dos opositores e externa da burguesia sul-americana, particularmente a brasileira. Por cima de tudo estão os Estados Unidos. A única forma de derrotar a oligarquia fascista e racista é a revolução social, que por seu caráter tem de ser proletária e se assentar na aliança operária e camponesa. Como o governo Evo está comprometido com a preservação da propriedade capitalista, tem de se sujeitar à via que a burguesia internacional ditar.

A exigência de Lula de que não haja “ingerência externa” e que não se ataquem os Estados Unidos estava dirigida não só a Evo, como também a Hugo Chávez. O intervencionismo dos governos sul-americanos tem por essência evitar que a crise leve as massas oprimidas a ultrapassarem os limites do controle do MAS, assumirem o programa da luta antiimperialista e anticapitalista. Tanto a Oposição fascista quanto o governo reformista de Evo sabem que este é o grande problema da divisão interburguesa.

Evo recua e a Oposição dita as regras

A abertura do diálogo significa que o governo terá de fazer concessões à Opo-

sição assassina. Evo nunca foi refratário ao “diálogo” (às concessões) com os opositoristas. Quem se manteve intransigente foi a oligarquia, comandada pelos governadores da Meia Lua, que usaram as ameaças, as sabotagens, a suspensão de alimentos à região do altiplano, o desabastecimento de gás de cozinha, as invasões por bandos contratados às sedes das organizações indígenas etc para golpear o governo. Evo acreditou que a aprovação de seu governo (referendo) por 67,4% da população se garantisse poder sobre a Oposição, mas o contrário se deu. A Oposição desfechou a violência fascista, criando mais uma das enormes crises pela qual atravessou a Bolívia.

A Oposição fez nova gritaria contra Evo, quando da prisão do governador de Pando, Leopoldo Fernández, mandante do massacre dos camponeses. O Supremo Tribunal exigiu que Evo coloque fim ao “estado de sítio” em Pando, em um claro apoio aos governadores de Meia de Lua.

Para a Oposição direitista, um acordo pressupõe incluir medidas na Constituição que garantam o cumprimento do Estatuto Autônomico, a devolução da porcentagem do imposto sobre os hidrocarbonetos e exigem mais tempo para encaminhar a convocação do referendo da nova Constituição, anunciado por Evo para 7 de dezembro.

Na realidade, os conflitos interburgueses (governo e Oposição) estão longe de serem resolvidos, mesmo que Evo capitule plenamente diante de seus opositores. O que confirma as posições do Partido Operário Revolucionário da

Bolívia (POR) do fracasso do governo reformista de Evo.

A solução se encontra na classe operária

O governo Evo está mergulhado numa profunda crise política. Que desfecho poderá ter a crise?

Enquanto as massas estiverem sob a direção pequeno-burguesa do MAS, a crise política se arrastará por mais ou menos tempo, dependendo do desenvolvimento da crise econômica, mas seu desfecho fatalmente será a favor da oligarquia. A divisão interburguesa sofre pressão do imperialismo e de governos como o do Brasil, Venezuela etc. no sentido de um acordo. Esta saída é a desejada pelo governo do MAS. Para isso, é preciso um grande recuo de Evo, que por sua vez se vê amarrado às pressões do campesinato. A oposição direita tem em conta essa situação e trabalha pelo esgotamento do governo, de forma que possa derrubá-lo pela via golpista ou removê-lo pelo recurso eleitoral. A probabilidade de Evo abrir uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social da Bolívia, que garantiria um certo período de estabilidade, é nula.

O que está colocado para as massas oprimidas é uma mudança da política de classe. Há que se constituir uma

aliança operária e camponesa, sob um programa de transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade social e emancipação do país do jugo imperialista. A solução está na classe operária tomar a frente da luta contra a oposição oligárquica e o capital internacional, independizar-se do governo do MAS e combater pela conquista do Estado. Essa possibilidade existe devido à presença do POR, que tem uma longa existência e encarna o programa da revolução social.

Não só o MAS é um obstáculo para a transformação estrutural de que a Bolívia necessita. A direção da Central Operária Boliviana (COB) tem desviado as reivindicações e objetivos da classe operária para a sustentação da governabilidade e da caricatura da democracia burguesa. Dois fatos testemunham bem a política da direção da COB. Em 2005, diante da crise instalada, o MAS se colocou por novas eleições determinadas pelo presidente da Suprema Corte e convocação da Constituinte. A direção da COB, da mesma forma, sufocou o movimento de massa em nome das eleições. Era sabido que as eleições e constituinte serviriam para preservar o poder do Estado nas mãos da classe dominante e conter o ódio do povo oprimido. Em 2008, o MAS impôs a Lei das Pensões,

cujo conteúdo central é a capitalização individual. O país se convulsionou por meio da greve dos mineiros e professores. A resistência dos trabalhadores e a violenta repressão do governo ocasionaram a morte de 2 mineiros e quase uma centena de feridos. Quando a luta estava no seu auge de radicalização, a COB aceitou a tregua em nome do referendo de Evo. E como parte do acordo, o dirigente da COB, Pedro Montes, concordou em dar um prazo de 45 dias para elaborar uma nova Lei de Pensões. O objetivo foi claro: desmontar as mobilizações. A direção da COB acoberta sua política de conciliação com o governo repressor e manobra os trabalhadores para conter a radicalização.

A classe operária é extremamente reduzida, concentrada no setor mineiro, não pôde ainda comparecer como força aglutinadora da luta pelas reivindicações e de resistência às medidas de Evo. A maioria da população é camponesa. O campesinato, pelo lugar que ocupa nas relações de produção, não é o dirigente do programa da expropriação dos meios de produção e da implantação da propriedade coletiva. Não há outra via para tirar a Bolívia do atraso e da submissão imperialista senão pela luta revolucionária, apoiada no programa da revolução e ditadura proletárias.

Qual o conteúdo da Declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI)?

Sob o título “Bolívia: derrotar a ofensiva da ultra-direita da Meia Lua”, o secretariado da LIT anuncia uma campanha internacional. No Brasil, o PSTU é sua seção.

Lembremos que o PSTU apoiou o referendo de Evo Morales, realizado em 10 de agosto, com o argumento de derrotar a direita. Ao contrário, o POR boliviano e nós do Brasil denunciámos o referendo como uma manobra para Evo fortalecer a posição de um acordo com a direita e defendemos o levante das massas por suas bandeiras. Não só o PSTU apoiou o referendo mas também outras correntes que reivindicam o trotskismo, como foi o caso do Partido Operário (PO) da Argentina, ao qual se liga o PCO do Brasil.

Depois da vitória de Evo com expressivos 67%, não vimos um balanço do PSTU sobre o acerto ou erro em ter apoiado o referendo. É como se tal posicionamento não tivesse existido ou não representasse qualquer importância política.

Nas duas últimas edições do Massas (362 e 363), questionamos o apoio a Evo em uma crítica franca e fundamentada. Rechaçamos a bandeira de voto crítico do PSTU, que pressupunha fazer algumas exigências a Evo, quando o fundamental estava em que o referendo foi concebido como instrumento de negociação à procura de um

acordo entre governo e oposição.

Afirmamos: “Ocorre que o apoio ao referendo constitui uma posição oportunista frente a um governo que se sujeita às condições políticas ditadas pela direita. Não se derrotará a reação fascista por essa via e sustentando um governo que ataca as greves e os bloqueios com a polícia e o exército” (Massas 362).

Depois do referendo, Opinião Socialista (349) publicou um balanço intitulado “Referendo confirmou Evo e os prefeitos da Meia Lua”, em que se acusa Evo de procurar um pacto com a direita, nem bem tinha obtido a vitória. Mas o referendo serviu justamente para esse objetivo. A LIT-PSTU apoiou o governo do MAS sabendo perfeitamente que no dia seguinte do seu apoio teria de denunciar Evo.

Eis nossa resposta ao Opinião Socialista: “Não era preciso o referendo para se ter essa previsão. O ‘Sim’ e o ‘Não’ foi um jogo bem calculado pelo governo do MAS, justamente para demonstrar força institucional e acenar para a direita golpista da Meia Lua que era preciso um acordo de pacificação.” (Massas 363)

De fato, Evo convocou os governadores da Meia Lua para negociação. Mas, como ceder à oligarquia se os camponeses, sua base social, não iria aceitar? Ainda era e é cedo para revelar a traição em

curso. Não restou à oligarquia outra saída senão desfechar um movimento de sabotagem econômica, de insubordinação, de conspiração e sobretudo de ataque fascista aos camponeses por meio de milícias armadas e financiadas pela Meia Lula, com apoio dos Estados Unidos.

É neste contexto que a Lit-QI publica a declaração, motivo de nossa análise e de continuidade das divergências.

Depois de descrever os ataques armados da direita, pergunta: “Por que a ultra-direita se fortalece?” “Como pode ter tanta força esse movimento num país onde, há menos de dois meses, o presidente obteve 70% dos votos para confirmar seu mandato num referendo revogatório?” Conclusão: “A única explicação possível é a política conciliatória do governo. (...)”

Certamente, a resposta estava na ponta da língua do redator, não precisou de nenhuma outra explicação, já tinha a “única” resposta possível.

O que novamente nos chama a atenção é o fato da LIT omitir ou desconhecer que o referendo confirmava a política de conciliação do MAS com a oligarquia. E agora usa a “única explicação possível”, a conciliação.

Diz a declaração, dando seqüência à resposta do porquê a direita se fortalece: “Evo Morales se recusa a reprimir o movimento de ultra-direita e a mobilizar as massas contra suas ações. No entanto, há pouco tempo não duvidou em reprimir duramente a luta dos mineiros em Huanuni em defesa de suas aposentadorias e outras reivindicações, matando vários operários nessa ação.”

Sem descanso, devemos denunciar que a LIT-PSTU apoiavam o referendo quando Evo reprimiu os mineiros e deixou dois mortos. Por que a LIT não refez sua posição de voto em Evo e o denunciou como inimigo dos mineiros? Como continuar com o apoio a um governo responsável pela repressão? Se há uma explicação para isso, a LIT-PSTU deveria dar uma explicação.

A resposta de que a direita avança devido à política de conciliação é correta, mas simplista e superficial. Por isso mesmo não vai ao fundo do problema. Evo é um governo burguês, que já comprovou há muito ser incapaz de impor limitadas reformas à fração oligárquica, que se escora no imperialismo norte-americano.

Há quem se impressione diante da expulsão do embaixador da Bolívia, como se fosse um grito de guerra ao imperialismo. Nada disso, foi uma resposta puramente diplomática à conspiração dos ianques com a Meia Lua. Evo é um governo burguês prostrado, não lidera nenhum movimento antiimperialista e antilolárquico.

A LIT-PSTU não faz uma caracterização marxista do governo do MAS. Aqui está nossa divergência de fundo. Para combater a linha de conciliação, a LIT levanta a bandeira de intervenção militar do governo: “Basta de conciliação! Exigimos que o governo e o Exército reprimam e ponham na prisão os grupos de ultra-direita que ocupam edifícios públicos. As instalações de gás são um patrimônio do povo boliviano. Prisão para os ultra-direitistas que as ocupam e as sabotam! Julgamento e castigo para os assassinos de camponeses! Dissolução imediata da União da Juventude Cruzenha e dos comitês cívicos, que devem ser colocado na ilegalidade! Não à divisão da Bolívia!”

Nós do POR denunciemos o fato do governo ter reprimido e assassinado os mineiros e de não ter feito nada contra a oligarquia. (É o que a LIT deveria ter feito no momento e denunciado a fraude do referendo) Mas de forma alguma é bandeira exigir que Evo derrote a ofensiva da direita com o exército. Fortalecer o governo com o braço armado da burguesia é preparar as condições repressivas contra as massas. O exército é um instrumento essencial da ditadura de classe da burguesia. Os

marxistas não obscurecem nunca essa caracterização.

Imagine dizer que “as instalações de gás são patrimônio do povo boliviano”. Não é verdade – continuam sendo propriedade privada da burguesia. A direita ataca o governo e tem força para isso porque o governo do MAS preservou e preservará suas propriedades. O exército é criatura das relações de propriedade. A dissolução das milícias e das organizações políticas não será um ato governamental, garantida pela polícia e exército.

A LIT-PSTU se coloca completamente fora do marxismo e contra seus princípios ao conceber uma vitória contra a direita fascista por meio do braço armado do Estado. A bandeira que permite desmascarar a prostração do governo diante dos camponeses em luta direta contra as milícias é: que Evo e o MAS abram os arsenais do exército para armar as massas.

É inacreditável que antes de levantar a bandeira de recorrer ao exército e à justiça, a LIT já considerava que de nada adiantaria porque, afinal, Evo, “com a desculpa de ‘não derramar sangue’, nega-se a mandar tropas para todos os departamentos e recuperar os edifícios públicos”. Posteriormente reafirma: “Os últimos embates mostram que não há nenhuma garantia de o governo de Evo e as Forças Armadas queiram enfrentar e derrotar os grupos da direita organizada”.

A LIT precisou de toda essa volta e da bandeira de ação do exército para chegar à conclusão de que “Só a classe operária, à frente dos camponeses, indígenas e populares, pode fazer isso”. Aí, então, a LIT-PSTU se dirige à COB para saudá-la por ter convocado uma marcha e por exigir “a Morales que abra um julgamento de responsabilidade e decreta a prisão dos prefeitos da Meia Lua e das lideranças dos comitês cívicos”.

A bandeira de “julgamento de responsabilidade” e “prisão”, como se vê, se dá dentro do ordenamento jurídico e é dirigida ao Estado, combina perfeitamente com a bandeira de uso do exército. A burocracia da COB – embelezada pelo PSTU – também apoiou o referendo, abaixou a cabeça diante do assassinato dos mineiros e fez um acordo de trégua com Evo. Obscurece-se que o governo é responsável tanto pela morte dos camponeses quanto pela dos operários. Com sua política pacifista, não armou as massas, permitiu a investida fascista e reprimiu as lutas independentes, incluindo a dos professores, encaçadas pelo POR boliviano.

Bem, depois de saudar a burocracia da COB, deslumbrada com a participação desta no Elac, a LIT chega de mansinho à censura de que não basta a COB se manifestar “só com palavras e atos públicos.” E conclui altissonante: “É urgente que os sindicatos e as organizações camponesas organizem milhares de grupos de autodefesa entre mineiros, camponeses, operários e setores populares”. E recorre a Evo: “Exigimos que o governo apóie e dê os meios necessários para que esses grupos se defendam dos bandos da ultra-direita”.

A declaração da LIT já não necessita avaliar a disposição de Evo em mexer um só dedo nesse sentido. Imagine só a burocracia da COB ouvindo a recomendação de organizar os comitês de autodefesa, quando faz trégua em apoio ao governo.

Que ligação tem a bandeira de lançar o exército sobre a direita e de organizar os comitês de autodefesa?

O armamento das massas é a única possibilidade para derrotar a direita, mas com ela os explorados terão de enfrentar o governo massista, que constitui juntamente com a oligarquia opositora o maior obstáculo à revolução proletária. A posição centrista da LIT a levou a apoiar o referendo de Evo, a embelezar a burocracia da COB, a exigir do governo uso do exército e a ser inconseqüente com os comitês de autodefesa.

A conspiração direitista

Politicamente a burguesia nativa se esgotou, seus partidos se pulverizaram repudiados pelas massas. O que sobrou deles está agrupado em PODEMOS, uma espécie de asilo de velhos politíqueiros burgueses decrépitos, que ultimamente foram arrastados no vendaval político.

A burguesia oriental agroindustrial, basicamente latifundiários, é que saiu à frente dos governos departamentais enrincheirada nos Comitês Cívicos da chamada “Meia Lua”, desenvolvendo uma radical oposição de ultra-direita, com inconfundíveis traços fascistas e racistas.

Tendo em conta a reiterada fidelidade de Evo Morales e seu governo à grande propriedade privada dos meios de produção (seu maior sonho é o de poder governar em aliança com a burguesia), a inocuidade de suas reformas, não se poderia justificar a virulência da oposição (das oligarquias regionais), quando poderiam facilmente colocar Evo no bolso, se quisessem.

Essa furibunda oposição só demonstra o quão decadente é a burguesia nativa e a mentalidade provinciana, localista dos setores dominantes das regiões, expressão do atraso, consequência de um país desarticulado, pois não conseguiu constituir-se num Estado nacional burguês sólido e fortemente ligado por uma economia desenvolvida que articule todo país e suas regiões.

Nascemos para a vida republicana marcados pela miopia localista e retrógrada dos senhores das terras e de seus peões (os pongos), que conspiraram e se opuseram à visão liberal progressista de sua época (Bolívar). A República foi uma extensão das formas de opressão da colônia (exploração da força de trabalho indígena), sem os espanhóis. O país republicano ficou estancado no localismo, a incorporação do país na economia capitalista mundial chegou de fora empunhando o chicote dos interesses do capital financeiro internacional (imperialismo), para nos converter em



Manifestação contra o massacre de 30 em Pando

produtores de minerais, como matéria-prima para o mercado mundial, e com uma economia concentrada no ocidente (onde estavam as jazidas minerais). Hoje, o eixo econômico foi transferido para o oriente devido à produção de gás e de seu saque por parte das multinacionais do petróleo; grande parte da atividade econômica se mudou para o oriente, potenciando politicamente a burguesia agroindustrial (latifundiária) da região que, em sua estreiteza de visão, se sente ameaçada pelo governo do presidente índio. Uma burguesia que sente agredida quando alguém quer, ainda que seja demagogicamente como faz o MAS (essa burguesia não tem capacidade para distinguir a demagogia da realidade), reclamar, ainda que minimamente, contra a atividade depredadora das multinacionais. Como toda burguesia boliviana e suas expressões políticas, incluindo o MAS, consideram que o caminho para o desenvolvimento do país é o investimento privado estrangeiro, ou seja, imperialista.

Os movimentos cívicos reacionários montaram seu cavalo-de-batalha na reivindicação de autonomia contra o centralismo burocrático, reivindicação esta arraigada profundamente na consciência popular das regiões que antes foram desprezadas. Tentando com isto constituir governos nos departamentos que permitiriam aos latifundiários tornarem-se donos e senhores indiscutíveis em suas regiões.

Esta oposição fascista, enrincheirada na reivindicação das autonomias, tem atacado o governo e, por momentos, parece insaciável, fato que paralisou muitos setores explorados que contiveram suas lutas para não serem confundidos com a oposição direitista. Mas tudo tem seu limite. Importantes setores dos explorados já mostram que se separaram do governo do MAS, sem ir para a direita.

O Partido Operário Revolucionário deve assinalar que o caminho para

derrotar a direita, expressão da barbárie burguesa, é a luta independente, orientada a acabar com a fonte do poder burguês que é a propriedade privada sobre os meios de produção. Em outras palavras, que a luta dos explorados deve retomar o caminho da estratégia colocada pela Assembléia Popular (1971) e pelas Teses de Pulacayo (1946), que é a luta pela instauração do governo operário e camponês que será a culminação da luta unitária de todos os oprimidos e explorados sob a direção do proletariado. O governo operário e camponês será uma ditadura, a ditadura proletária contra os exploradores e uma ampla democracia para as maiorias exploradas. Essa luta pressupõe derrotar todas as expressões políticas da burguesia, incluindo o MAS e seu governo. A luta revolucionária é incompatível com o reformismo masista. Obrigatoriamente, temos de derrotar politicamente o reformismo, para que os explorados dêem um salto em sua consciência política e se voltem para a estratégia revolucionária da classe operária.

No processo de desencanto dos explorados com relação ao MAS, ante a evidência de seu fracasso, está a possibilidade de que o POR possa orientar e dirigir as próximas batalhas dos explorados pelo caminho da revolução proletária.

(extraído do “Masas” boliviano nº 2099 de 19/09/2008)

Só a luta revolucionária das massas mandará para a lata do lixo a luta inter-burguesa

A luta que se dá na atualidade é pelo controle dos recursos econômicos pelo Estado, a propriedade privada dos empresários nativos e estrangeiros está absolutamente garantida. A “Meia-Lua” expressa os interesses de parte do empresariado nacional boliviano que sempre mamou nos recursos do Estado. Para não perder totalmente o controle desses recursos, entrincheirou-se nos governos departamentais. A nova distribuição dos recursos, segundo o índice do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), sem dúvida os afeta e não podem deixar que o governo imponha essa distribuição. Quanto à nova Constituição, o que mais os preocupa é o regime das Autonomias que atribui ao governo nacional a descentralização dos recursos para as províncias. Além dessa, existe a questão da terra, cujas medidas do governo são tímidas, mas o suficiente para exaltar os latifundiários.

As reformas do MAS em nenhum momento colocam acabar com propriedade

Dessa forma, os dois bandos se enfrentam a cada instante, em alguns momentos pela farsa “democrática” dos referendos e eleições e em outros pela violência. Os cívicos são os mais atrevidos no uso da força. Nesta luta inter-burguesa, os cívicos têm mais vantagens já que estão respaldados pelo regime de propriedade.

Os fatos diários constatarem que existe uma tendência das massas a se tornarem independentes do governo reformista pró-burguês do MAS, não se deslocando para a direita. Isso é demonstrado nas manifestações dos mineiros e dos professores urbanos e rurais, estes últimos, até bem pouco tempo, eram muito próximos do MAS.

O principal obstáculo para a via revolucionária das massas é o próprio MAS. Pois, quando a direita pré-histórica ataca o governo, ou golpeia os trabalhadores mais humildes, faz paralisações etc., acaba na realidade potenciando o governo.

Quando acabará essa luta? Enquanto o proletariado e as massas não atacarem o regime da propriedade privada e porem em perigo o Estado atual (para dar lugar a um Estado Operário), a luta continuará por um motivo ou outro, de uma forma ou outra. A ameaça da revolução proletária obrigará os bandos a se unirem, como aconteceu em 1971, quando a Assembléia Popular obrigou os emenerristras (militantes do MNR, partido nacionalista burguês) e os falangistas (militantes da Falange Socialista Boliviana, direita) a fazer um bloco contra-revolucionário, chamado Frente Popular Nacionalista, na direção da qual foi colocado o gorila Banzer.

A tendência atual é que os setores populares, e entre eles o proletariado, ganhem paulatinamente as ruas para exigir suas reivindicações. Se o proletariado politicamente organizado tomar a direção, então a luta inter-burguesa será jogada à margem do caminho.

(extraído do “Masas” boliviano nº 2099, de 19/09/2008)

Basta esperar que o governo medroso tire do caminho os cívicos fascistas!

A mentira masista da “revolução” na democracia, do “processo de mudança”, se desmorona.

A conspiração da direita deve ser esmagada nas ruas com a violência organizada das massas exploradas; não nos diálogos, nem nas urnas.

Estávamos fechando esta edição no momento em que os bandos facinoras irritados, em Santa Cruz e em outros departamentos da “Meia Lua”, comandados pelos cívicos desesperados, atacaram escritórios do Governo, saqueando-os, o governo não pôde sequer garantir a segurança das instituições públicas, na prática deixou de ser governo nessas regiões.

A indignação dos setores explorados e expressa na reivindicação de que o Governo aplique mão-de-ferro: estado de sítio, prisão para os governadores e cívicos fascistas etc.. Mas são reivindicações que caem num saco furado, pois Evo é um governo pró-burguês de fantoches incapazes, defensores dos interesses gerais dos exploradores. Essa é a fonte da sua covardia ante o avanço da conspiração fascista, a razão pela qual tolera apático o bloqueio dos cívicos, enquanto os mineiros de Huanuni foram reprimidos imediatamente, causando dois

mortos e vários feridos.

Seria correto denunciar o caráter reacionário do governo no momento em que é atacado furiosamente pela conspiração de direita? Sim, e com toda a força possível, porque o MAS e seu governo atuam como um sonífero para as massas com sua pregação conciliadora e legalista que só pode conduzir à derrota.

Nós explorados não podemos aguardar passivamente o avanço da conspiração da direita. Em última instância, a fúria fascista, cheia de ódio racista, é dirigida contra os explorados. A direita fascista não tem que temer o MAS e sua Constituição, que não afeta em nada os interesses gerais da burguesia. Sua fúria irracional está dirigida contra o perigo latente de que as massas exploradas derrubem o bloqueio do MAS e tomem o seu próprio curso independente.

O caminho a seguir é a revolução social para acabar com a grande propriedade privada e impor a propriedade social dos meios de produção.

(extraído do “Masas” boliviano nº 2098, de 12/09/2008)